

## **Motivação e engajamento: uma análise do movimento sindical rural no Nordeste Paraense**

*Motivation and engagement: an analysis of the rural trade union movement in the north-east of Pará State, Brazil*

Lucas Gabriel da Silva Moraes\*

Heribert Schmitz\*\*

Palavras-chave:

Motivação

Ação coletiva

Sindicatos dos trabalhadores rurais

**Resumo:** Este artigo tem o objetivo de analisar as motivações do engajamento de trabalhadores e trabalhadoras no Movimento Sindical Rural (MSR). Para isso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com lideranças, sócios e não sócios do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) do município de Tomé-Açu, Nordeste Paraense. Os resultados do estudo demonstraram duas bases de motivações: material – ligada aos serviços do sindicato – e imaterial – relacionada às subjetividades individuais e à identidade coletiva. Entre os não sócios, a terra foi a motivação central, exemplificada pelo caso da ação coletiva realizada no Acampamento Mancha Negra. O papel do sindicato e de suas lideranças mostrou-se fundamental tanto para a mobilização de novos sócios, quanto para a construção do engajamento individual no movimento.

Keywords:

Motivation

Collective action

Rural workers unions

**Abstract:** The aim of this article is to analyze the motivations behind the engagement of rural workers in the Rural Trade Union Movement (MSR). To do this, we carried out semi-structured interviews with leaders and farmers who are members and non-members of the Rural Workers' Union (STTR) in the municipality of Tomé-Açu, in the north-east of Pará. The results of the study showed two motivations: material – linked to the union's services – and immaterial – related to individual subjectivities and collective identity. Among non-members, land was the central motivation, exemplified in the case of the collective action carried out in the Mancha Negra camp. The role of the union and its leaders proved fundamental both for mobilizing new members and for building social engagement in the movement.

Recebido em 07 de outubro de 2025. Aprovado em 08 de dezembro de 2025.

### **Introdução**

Este trabalho analisa o Movimento Sindical Rural (MSR), focalizando as motivações dos seus participantes. Pretende-se contribuir nos debates interdisciplinares da ação coletiva e dos movimentos sociais para compreender o engajamento individual em sindicatos.

Após a década de 60 do século XX – quando os sindicatos de trabalhadores rurais passaram a ser reconhecidos pelo Estado –, a Reforma Agrária manteve-se por muito tempo como principal foco da política sindical da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), seguida dos direitos trabalhistas e previdenciários para o homem e a mulher do campo (Medeiros, 1989). Assim como as práticas sindicais, essas bandeiras de luta foram

\* Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Presidente Prudente (SP). E-Mail: [lucasmgeo@gmail.com](mailto:lucasmgeo@gmail.com). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3204-7973>.

\*\* Doutorado em Sociologia Rural, Professor Titular de Sociologia, Universidade Federal do Pará, Belém (PA), Bolsista de produtividade do CNPq nível 1C. E-mail: [heri@zedat.fu-berlin.de](mailto:heri@zedat.fu-berlin.de). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8933-1484>.

alterando-se com base nos cenários políticos do país e segundo as demandas da própria categoria (Teixeira, 2023), o que refletiu diretamente nos motivos da sindicalização.

Com o golpe militar de 1964, o movimento passou por uma forte repressão e perdeu a sua autonomia política, mergulhando no assistencialismo como prática sindical. Nesse período, os sindicatos foram limitados quase exclusivamente a oferecer serviços e políticas sociais como atendimento médico, previdência social, auxílio-doença e auxílio-maternidade, distanciando-se da luta política e social (Assis, 2007). Em consequência, a década de 70 ficou marcada pelas críticas de setores da Igreja Católica à efetividade política dos sindicatos, movimento que se intensificou com a criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 1975. A partir daí, a Igreja foi uma das responsáveis por estruturar um "novo sindicalismo" distante das práticas assistencialistas da Contag e mais combativo no sentido de garantir os direitos dos trabalhadores à terra e ao trabalho digno.

Na década de 80, novos atores emergiram no campo, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), entre outros (Medeiros, 1989). Isso causou a "implosão" da categoria trabalhador rural e a perda do monopólio dos sindicatos pela Contag (Lazzaretti Picolotto, 2009). A criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983, trouxe uma nova dinâmica para o sindicalismo rural, que buscou unificar as linhas de ação.

A década de 90 testemunhou novas formas de influência do Estado sobre as organizações de trabalhadores rurais por meio de políticas públicas, como a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em 1996, que alterou as bandeiras de luta dos sindicatos rurais, dando destaque à busca por crédito rural. A afiliação da Contag à CUT, em 1995, e a adoção da identidade política de *agricultor familiar* refletiram as mudanças no cenário político e social do país, moldando a atuação do MSR (Teixeira, 2023).

De acordo com Lazzaretti Picolotto (2018), desde a divisão da categoria *trabalhador rural* entre

agricultores familiares e assalariados rurais pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em 2014, a Contag deu prioridade à agricultura familiar e deixou de lado bandeiras de luta tradicionais, como a Reforma Agrária e os direitos trabalhistas. Essa foi uma conquista para os assalariados rurais, que se emanciparam e formaram organizações autônomas, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados e Assalariadas Rurais (Contar), por exemplo. Isso gerou um cenário de "pluralidade sindical no campo" (Lazzaretti Picolotto, 2018) e alterou as práticas de muitos Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs), que tiveram de optar por uma só categoria<sup>1</sup>.

Nesse cenário multifacetado, o que motiva um trabalhador rural a participar de um sindicato? Para responder a essa questão, é preciso entender o engajamento individual daqueles que participam e criam um ambiente favorável para reivindicar e propor mudanças em sua realidade. Nem as teorias do comportamento coletivo, nem a escola da mobilização de recursos ou as abordagens estruturalistas conseguiram construir um modelo convincente sobre o engajamento individual e sua evolução no curso da ação coletiva (Fillieule, 2001).

Diante dos desafios, o objetivo deste trabalho é identificar as motivações para a participação de trabalhadores e trabalhadoras no MSR. O estudo foi realizado no STTR de Tomé-Açu, Nordeste Paraense. Mediante a interpretação desses fatores, busca-se apresentar elementos que ajudem a compreender o engajamento individual em movimentos sociais.

## Procedimentos metodológicos

O percurso metodológico desta pesquisa compreendeu: a) pesquisa bibliográfica; b) levantamento de dados secundários sobre a sindicalização na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2015; c) realização de entrevistas não diretivas (Michelat, 1987) e semiestruturadas com trabalhadores e trabalhadoras rurais e lideranças que participavam do MSR em Tomé-Açu; d) sistematização e análise das entrevistas mediante a criação de categorias (Bardin, 2011).

As entrevistas foram realizadas entre julho e novembro de 2019 e entre setembro e outubro de 2021. Ao todo, foram 29 entrevistas com lideranças e trabalhadores(as) rurais sócios e não sócios que participavam do STTR de Tomé-Açu no período da pesquisa<sup>2</sup>. A maioria dos entrevistados possuía algum tipo de vínculo com o STTR, por meio de afiliação ou por algum grau de participação.

O objetivo das entrevistas foi identificar as motivações da participação no MSR, considerando que elas poderiam derivar de bases *materiais* (serviços do sindicato e políticas sociais) ou *imateriais* (valores, crenças, emoções etc.). Foram também entrevistados trabalhadores não afiliados, buscando-se entender se participam do sindicato mesmo não sendo sócios.

O artigo foi dividido em quatro momentos de discussão: a) no primeiro momento, discutem-se as teorias dos movimentos sociais e a ação coletiva para a análise da participação; b) no segundo, analisam-se os dados da PNAD (2015) e debatem-se os fatores que motivam a sindicalização rural; c) no terceiro, apresentam-se as motivações para a participação de sócios e não sócios do STTR de Tomé-Açu; d) por fim, examina-se a construção da identidade coletiva no MSR.

## Teorias dos movimentos sociais, ação coletiva e participação

Os esforços para entender os movimentos sociais de maneira mais aprofundada demonstram que esse debate continua sendo permanentemente complexo. Igualmente, a análise do engajamento individual em ações coletivas apresenta-se como um dos principais desafios para os estudiosos dos movimentos sociais (Fillieule, 2001). Busca-se, então, identificar as contribuições das Teorias dos Movimentos Sociais e da Ação Coletiva para entender os fatores, relações e processos que levam os indivíduos a participar do MSR, pois, entendendo os seus motivos pessoais, é possível chegar a uma compreensão mais aproximada do *status quo* da ação coletiva no âmbito dos movimentos sociais.

Parte-se do pressuposto de que a dinâmica intrínseca aos movimentos sociais exige uma análise

aprofundada da intersecção entre a ação coletiva e a participação. Nessa dinâmica, a motivação – entendida por Van Stekelenburg e Klandermans (2017, p. 122) como “o desejo de atingir um objetivo combinado com a energia para trabalhar em direção a tal objetivo” – é o motor da participação e coloca-se no centro do debate sobre a realização de ações coletivas.

As motivações são fundamentais para qualquer movimento social ou ação coletiva, e a participação é essencial para a sua existência. Todo movimento social é, portanto, uma ação coletiva, mas nem toda ação coletiva é um movimento social (Touraine, 2006). De acordo com Blumer (1995), estudioso da Teoria do Comportamento Coletivo (TCC), inicialmente todo movimento social apresenta uma estrutura organizacional rudimentar, a qual se desenvolve apenas ao longo do tempo, adquirindo progressivamente as características distintivas de uma sociedade, incluindo seus costumes, tradições, lideranças e normas. Para que uma ação coletiva transcenda sua condição inicial e consolide-se como um movimento, precisa adquirir, ao longo de sua jornada, certas características distintivas, tais como identidade coletiva (Melucci, 1989), *esprit de corps* (Blumer, 1995) e repertórios de ação e organização (Friedberg, 1995; Tilly, 1978).

Considerando a sua institucionalização, é importante ponderar sobre a estrutura do MSR. Enquanto empreendimento coletivo, ele revela uma natureza dupla: o *movimento*, reconhecido ao longo da história por sua luta em prol da reforma agrária e dos direitos dos trabalhadores rurais, manifestada por meio de diversas formas de ações coletivas; a *organização*, que é representada pelo sindicato e se caracteriza por uma estrutura formal com hierarquia de funções e normas bem definidas.

Até a década de 70, muitos pesquisadores dos movimentos sociais associavam as ações coletivas ao instinto e aos sentimentos de insatisfação dos indivíduos, sendo, pois, acusados de irracionalidade (Alonso, 2009; Oliver, 1993). Nessa década, houve uma ruptura no entendimento do comportamento dos participantes devido à emergência de novas mobilizações baseadas em temas como gênero, etnia e estilo de vida, que manifestavam características de ações coordenadas (Alonso, 2009). Prevaleceu, então, a ideia de que os movimentos teriam sentido e

organização, emergindo, a partir dessa lógica, três das teorias para o estudo dos movimentos sociais que conhecemos hoje.

Desde a publicação da *Lógica da ação coletiva* por Olson (1965), os empreendimentos coletivos têm sido um desafio. McCarthy e Zald (1977), expoentes da Teoria da Mobilização de Recursos (TMR), propuseram que os indivíduos são guiados por uma lógica *custo-benefício* quando decidem participar ou não de um movimento social. Aplicando a sociologia das organizações ao seu objeto, essa abordagem compara os movimentos sociais com uma empresa, constituída por uma divisão interna do trabalho, com regras, líderes, hierarquia e estruturas burocráticas. Os autores basearam-se na “escolha racional”, abordagem desenvolvida, entre outros, por Olson (1965), que acreditava que o desafio da cooperação reside no fato de que grupos de indivíduos com interesses comuns não agem coletivamente para promovê-los. O autor explica que isso acontece devido à dificuldade de exclusão dos *free riders* (caronas), indivíduos que não participam da ação, mas usufruem de seus benefícios.

O modelo de Olson (1965) “mostra-se muito pertinente para explicar por que as pessoas não participariam de mobilizações, mas [é] pouco eficaz para explicar a participação” (Rosa; Klandermans, 2022, p. 6). Por isso, muitos pesquisadores têm buscado outros fatores que sejam determinantes para a realização de ações coletivas para além da racionalidade da TMR. Inspirados nos estudos da Teoria do Processo Político (TPP) e das Teorias dos Novos Movimentos Sociais (TNMS), pretende-se aqui demonstrar que a lógica racional é de fato um entrave para que essas ações aconteçam, mas existem outros aspectos que podem ser igualmente decisivos para o engajamento individual e para o sucesso da ação coletiva.

Ao contrário da TMR, que se apoiava no pensamento econômico para entender o engajamento individual, a TPP e as TNMS trouxeram outros aspectos para o debate. Elas combinam análises a partir de repertórios de ação coletiva (Tilly, 1978), estruturas de mobilização política (Tarrow, 2009) e mudanças culturais ao longo dos períodos históricos (Touraine, 2006).

Para Alonso (2009), as estruturas de mobilização podem ser recursos formais (organizações civis) e informais (redes sociais) que, por sua vez, podem ser fortalecidos por elementos como a solidariedade. “A mobilização é, então, o processo pelo qual um grupo cria solidariedade e adquire controle coletivo sobre os recursos necessários para sua ação”, mediante oportunidades políticas favoráveis (Alonso, 2009, p. 55).

Melucci (1996, p. 15, tradução nossa) iniciou o debate sobre o engajamento individual a partir da ideia de que, no âmbito das mobilizações coletivas, “[...] os processos sociais são produtos de ações, escolhas e decisões”. Esse autor acreditava que a ação coletiva presente nas mobilizações é resultado de crenças, sentimentos e experiências passadas; por isso, a análise não pode estar unicamente voltada para a estrutura do movimento social nem ignorar os motivos dos atores da ação.

Sobre a mobilização de uma ação coletiva, vale ressaltar que “a mera existência de objetivos comuns [...] ou a existência de um grupo, não caracteriza ainda uma ação coletiva, a qual se constitui apenas a partir de uma ação conjunta, resultado de um engajamento voluntário de indivíduos” (Schmitz; Mota; Sousa, 2017, p. 205). Além disso, os movimentos são considerados respostas a um descontentamento, que envolvem emoções, mas também escolhas racionais que permitem aos seus membros analisar o contexto e decidir o momento propício para que a ação aconteça (Melucci, 1988, 1996; Touraine, 2002).

Quando os indivíduos atuam coletivamente por meio de ações organizadas, com estratégias e lideranças, as redes de relações entre esses indivíduos formam-se de maneira mais eficaz, fazendo com que o pensamento coletivo se sobressaia e cada indivíduo se reconheça como membro do grupo, criando uma identidade coletiva, conforme Melucci (1988). Segundo esse autor, “a identidade coletiva é uma definição interativa e compartilhada produzida por numerosos indivíduos e relativa às orientações da ação e ao campo de oportunidades e constrangimentos no qual a ação acontece” (Melucci, 1988, p. 342, tradução nossa). Na análise da formação de uma identidade coletiva, assim como da participação em movimentos sociais, os sentimentos e emoções são importantes, pois

representam a subjetividade de cada indivíduo e permitem identificar o que os motiva a participar.

De acordo com Rosa e Klandermans (2022), existem três grupos de motivações para participar de movimentos sociais: a instrumentalidade (desejo de mudar a sua atual situação); a identidade (desejo de fazer parte de um grupo); as expressividades e emoções (desejo de expressar suas visões de mundo e suas emoções). Diante disso, esta análise do engajamento individual foi dividida em duas perspectivas: a) a primeira deriva de uma base *material* de motivações que está atrelada à lógica racional proposta pela TMR (McCarthy; Zald, 1977; Olson, 1965); b) a segunda é uma base *imaterial*, ligada às emoções e aos valores, resultante das TNMS (Habermas, 1981; Jasper, 1998; Melucci, 1989; Touraine, 1989; Van Stekelenburg; Klandermans, 2017). Quando se considera a diversidade social dos sujeitos estudados, não é possível focar apenas uma única base motivacional. Mesmo os autores que priorizam fatores materiais, levam em conta a existência de fatores imateriais e vice-versa.

Interessam-nos os motivos da sindicalização, bem como aqueles que levam os trabalhadores e trabalhadoras a participar das ações coletivas do MSR. Parte-se dessa dualidade para analisar o movimento em sua essência e compreender os desafios que se apresentam hoje. Para isso, examinam-se primeiramente os aspectos da sindicalização no Brasil e, posteriormente, analisa-se o movimento em Tomé-Açu.

## Por que os trabalhadores e trabalhadoras se sindicalizam?

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), havia um total de 1,2 milhão de trabalhadores sindicalizados no ano de 2023 no Brasil<sup>3</sup>. Eles encontram-se hoje representados por uma estrutura sindical diversificada, constituída de trabalhadores rurais, agricultores familiares e assalariados rurais. Nessa estrutura, as principais federações e confederações são: a Contag, responsável por mais de 4000 sindicatos de trabalhadores rurais; a Contraf, que possui em torno

de 900 sindicatos de agricultores familiares; a Feraesp e a Contar, que, juntas, somam mais de 300 sindicatos de assalariados rurais, de acordo com informações presentes nos *sites* das confederações.

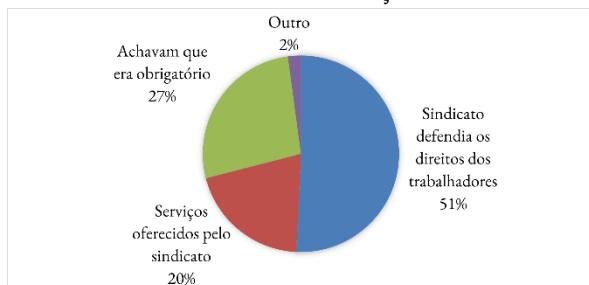
Considerando a estrutura que se estabeleceu no sindicalismo rural, acredita-se que a complexidade que envolve a classe trabalhadora – especialmente com as transformações no mundo do trabalho – tem impacto direto nos motivos da sindicalização. A informalidade e a precarização do trabalho (Antunes, 2011), por exemplo, estão influenciando fortemente os sindicatos antigos e os novos e podem alterar os motivos da participação, seja para os agricultores, seja para os assalariados rurais.

A sindicalização é um importante termômetro da representatividade dos sindicatos (Cardoso, 2014; Rodrigues; Ramalho, 2014). Com efeito, a densidade sindical é um dos critérios para analisar a importância dos sindicatos, já que diz respeito a uma maior ou menor adesão dos trabalhadores em suas associações de classe (Rodrigues; Ladosky; Bicev, 2016). Segundo a PNAD, até o ano de 2014, a taxa de sindicalização rural vinha em constante aumento, chegando a atingir 25% para os homens e 29% para as mulheres em 2008. Para Rodrigues e Ramalho (2014), o crescimento significativo da sindicalização feminina no campo é um dos fatores que sustentaram a estabilidade das taxas de sindicalização rural. Contudo, a partir de 2015, a taxa de sindicalização rural caiu consideravelmente. Na agricultura, na pecuária, na produção florestal, na pesca e na aquicultura, passou de 22,8%, em 2012, para 15%, em 2023 (Cabral; Nery, 2024). Apesar de importantes, as taxas não informam sobre as motivações dos trabalhadores e trabalhadoras, apenas reforçam o desafio de compreender o engajamento individual em sindicatos no cenário contemporâneo.

Os dados da Pesquisa Suplementar sobre Sindicalização da PNAD (2015)<sup>4</sup> demonstram que os motivos da sindicalização são variados. O Gráfico 1 mostra que a principal motivação para a afiliação em sindicatos urbanos e rurais no Brasil foi a *defesa dos direitos dos trabalhadores*. Outros achavam que era obrigatório se afiliar. Já os *serviços oferecidos pelo sindicato* ocupam a terceira posição. Isso ressalta a

importância do sindicato enquanto organização que defende os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais. Mas, mesmo os serviços sendo uma categoria fundamental para esta análise, outras, como se verá, também são importantes.

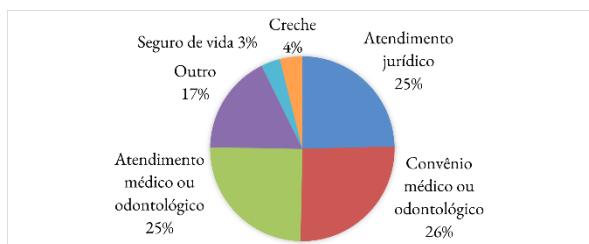
**Gráfico 1 – Motivos da sindicalização no Brasil**



Fonte: Elaborado pelos autores com dados do IBGE (2015).

Os serviços de saúde são os mais usados pelos trabalhadores em sindicatos urbanos (Gráfico 2), visto que os STTRs praticamente excluíram de sua prática sindical o oferecimento desse tipo de serviço. Em contrapartida, o atendimento jurídico é um serviço muito utilizado e importante no contexto rural, porque, além dos sindicatos de assalariados rurais (que lidam diretamente com questões de cunho jurídico, como processos trabalhistas), os sindicatos de agricultores familiares ainda têm a Reforma Agrária e a regularização fundiária como uma de suas pautas. Os serviços e políticas sociais oferecidos pelo sindicato são característicos do período assistencialista que predominou até o final da década de 70 (Teixeira, 2023), mas eles perduram na estrutura sindical brasileira e são fatores que motivam a participação, em âmbito urbano ou rural.

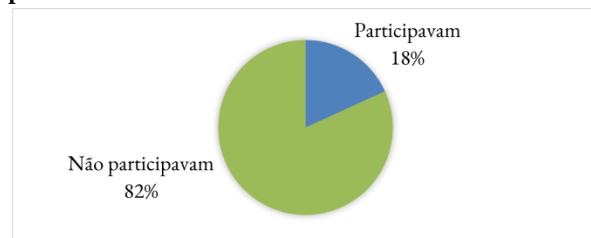
**Gráfico 2 – Utilização dos serviços dos sindicatos no Brasil**



Fonte: Elaborado pelos autores com dados do IBGE (2015).

Em relação à participação em atividades promovidas pelos sindicatos, apenas 18% dos trabalhadores ou trabalhadoras indicaram participar de algum tipo de atividade (Gráfico 3). Com base nessa realidade, pode-se tentar entender se a motivação que emana dos serviços pode efetivamente levar a pessoa a se engajar no sindicato. É fato que, após a decisão de participar, uma série de outros fatores podem contribuir para o sucesso ou insucesso da ação coletiva, como as estratégias de ação (Touraine, 2002), a mobilização das lideranças e a identidade coletiva (Castells, 2018; Melucci, 1988, 1996).

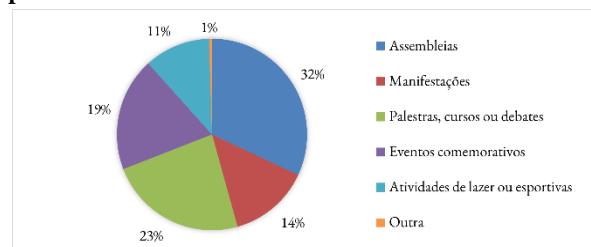
**Gráfico 3 – Participação nas atividades promovidas pelos sindicatos no Brasil**



Fonte: Elaborado pelos autores com dados do IBGE (2015).

Quanto ao tipo de participação dos trabalhadores ou trabalhadoras afiliados a algum sindicato, sobressaem atividades ligadas à organização sindical e não ao movimento social propriamente dito (Gráfico 4). Assembleias (32%), palestras, cursos ou debates (23%) e eventos comemorativos (19%) foram os três principais tipos de atividades dos quais os trabalhadores costumavam participar. As manifestações (14%) aparecem apenas em quarto lugar, sendo as greves as mais frequentes entre elas.

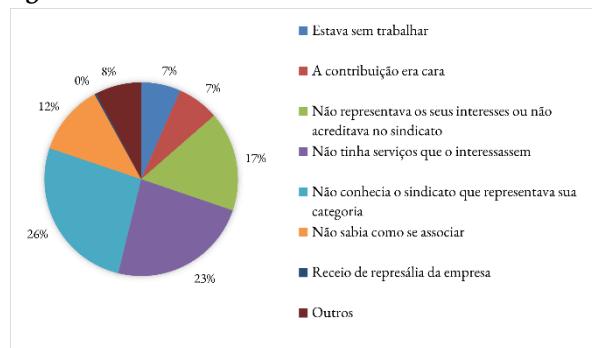
**Gráfico 4 – Participação nas atividades promovidas pelo sindicato no Brasil**



Fonte: Elaborado pelos autores com dados do IBGE (2015).

Tão importantes quanto as motivações para participar são as motivações para *não* participar. O Gráfico 5 mostra que, entre os principais motivos para não se afiliar, os trabalhadores relataram que *não conheciam o sindicato que representava sua categoria, não havia serviços que lhes interessassem e não representavam seus interesses ou não acreditavam no sindicato*. Aqui é possível notar que, ao lado dos serviços, surge um novo fator que se demonstrará relevante ao longo desta discussão: a representatividade.

**Gráfico 5 – Motivo pelo qual não era afiliado(a) a algum sindicato no Brasil**



Fonte: Elaborado pelos autores com dados do IBGE (2015).

Quando se afilia, um(a) trabalhador(a) pode participar de diferentes formas (em assembleias, reuniões, cursos, palestras, manifestações, congressos etc.) ou até mesmo optar por não participar das ações e apenas usufruir individualmente dos serviços e benefícios do sindicato. Isso traz para o sindicato o desafio de mobilizar os sócios para que “ergam” a bandeira de luta do movimento e atuem coletivamente.

Rodrigues e Ramalho (2014) acreditam que a redução da densidade sindical pode ser um reflexo da diminuição do papel político dos sindicatos, de forma que eles precisam reavaliar conceitos como solidariedade e representação para manter sua função social. Daí a importância, por exemplo, dos processos formativos realizados pelo movimento por intermédio da Escola Nacional de Formação da Contag (Enfoc), que ajudam a desenvolver a prática política das pessoas e facilitam o seu envolvimento com as bandeiras de luta, como demonstraram Costa, Assis e Guerra (2017) num estudo sobre a atuação da ENFOC nas STTRs do Pará.

No tópico a seguir, abordam-se os aspectos de *base material*, que levam os trabalhadores e trabalhadoras a participar do STTR, em Tomé-Açu. Trata-se de uma análise dos serviços e políticas sociais usados por via dos sindicatos desde a década de 60 e da sua importância para entender o engajamento individual na atualidade.

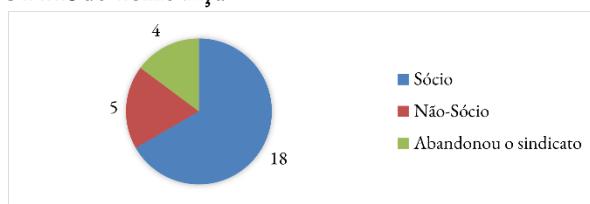
## Os sócios e as motivações de base material

No Brasil, o MSR enfrentou diversos desafios ao longo dos anos, incluindo períodos de repressão política e mudanças legislativas. Em Tomé-Açu, o movimento tem uma trajetória de atuação de lideranças históricas que lutaram pela reforma agrária na região Nordeste Paraense. Benedito Alves Bandeira, assassinado em razão de um conflito por terra em 1984, foi o principal líder sindical do município. Entre os trabalhadores, seus principais feitos foram a retomada do sindicato das mãos de dirigentes pelegos e a conquista de um assentamento que recebeu o seu nome como homenagem.

Apesar de se manter vinculado à categoria *trabalhador rural* – característica do sindicalismo da Contag –, o STTR de Tomé-Açu foi obrigado a optar pela representação exclusiva dos agricultores familiares, já que a própria confederação renunciou aos assalariados rurais. Mesmo assim, a atual presidente do sindicato afirma que o sindicato se mantém eclético porque ainda restam processos trabalhistas anteriores à desvinculação dos assalariados (Moraes; Schmitz, 2023).

Apoiado pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Pará (Fetagri-PA), o STTR está organizado em secretarias internas de Políticas Sociais e Terceira Idade, Finanças, Reforma Agrária, Agricultura Familiar, Jovens e Mulheres. De acordo com a atual diretoria, o sindicato possui 1.200 sócios ativos. Além deles, existem cerca de 500 trabalhadores(as) já aposentados que continuam pagando a contribuição sindical. Aqueles que participaram desta pesquisa estão divididos em sócios, não sócios e os que abandonaram<sup>5</sup> o sindicato (Gráfico 6).

**Gráfico 6 – Trabalhadores sócios e não sócios do STTR de Tomé-Açu**

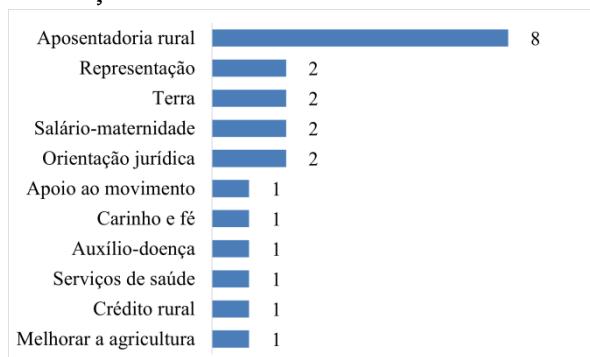


Fonte: Elaborado pelos autores com dados da pesquisa, 2021.

Graças à criação do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), em 1963, e do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural), em 1971, a aposentadoria rural, os serviços de saúde (médico e odontológico), a pensão, o auxílio-doença, o auxílio-funeral etc. passaram a ser os principais fatores que estimulavam a afiliação de trabalhadores(as) rurais aos STTRs, fossem eles assalariados rurais ou agricultores familiares (Boscardin; Spanevello, 2019).

De acordo com os entrevistados, a aposentadoria rural, o salário-maternidade e os serviços de saúde são os principais fatores de *base material* que motivam a sindicalização em Tomé-Açu. Outros motivos, como a representação, o apoio ao sindicato e até mesmo emoções como a fé, aparecem com menos frequência, como se discutirá mais adiante (Gráfico 7).

**Gráfico 7 – Motivos da sindicalização no STTR de Tomé-Açu**



Fonte: Elaborado pelos autores com dados da pesquisa, 2021.

De forma semelhante, Araújo, Vieira e Rocha (2023) analisaram o STTR de Bragança-PA e identificaram que os sindicatos criados entre as décadas de 1960 e 1970 ofereciam alguns benefícios assistenciais visando diminuir os conflitos no meio

rural, o que tornou o sindicato um “braço” do Estado, mero prestador de serviços e benefícios individuais, distanciando-o do seu objetivo de buscar direitos trabalhistas e encabeçar a luta pela terra.

Knoke (1990) explica que as organizações atraem novos membros oferecendo diferentes tipos de incentivos, entre os quais os utilitaristas (serviços oferecidos individualmente aos membros), os sociais (atividades ou ações em grupos) e os normativos (políticas públicas). Segundo esse autor, os incentivos e o envolvimento de um indivíduo em organizações de ação coletiva estão diretamente relacionados. Pessoas cujos interesses primários são os bens e serviços utilitários (ou mesmo políticas públicas) contribuem principalmente com recursos financeiros (contribuição sindical, por exemplo), mas evitam a participação ou o vínculo afetivo com o grupo. Já os indivíduos cujas preocupações se concentram em atividades grupais tendem a responder com altas taxas de participação interna em ações que envolvem contatos interpessoais, como participar de reuniões e trabalhar em projetos de grupo.

A maioria dos sócios que atribuíram à aposentadoria rural o principal motivo da sindicalização se afiliou durante a ditadura militar, quando o assistencialismo predominava como prática sindical. A intenção do Estado era estimular a participação dos sindicatos nas políticas sociais e reduzir a sua atuação nas mobilizações e reivindicações por outros direitos (Medeiros, 1989).

Naquela época, o sindicato dava remédio, dentista [...] aí foi uma campanha que pregava o seguinte: você se afilia e sua família toda tem direito de se tratar no sindicato. Então, isso foi atraindo o povo para se afiliar (Liderança-1, ex-presidente do STTR, 2021).

O estudo de Santos e Schmitz (2022) sobre o engajamento de trabalhadores rurais no STTR de Concórdia do Pará-PA, apresentou resultados similares aos que estamos demonstrando aqui, com aposentadoria, salário-maternidade, auxílio doença, auxílio jurídico etc., sendo as motivações predominantes (de base material) para a sindicalização, outros aspectos subjetivos, aparecem com menor frequência, o que demonstra um padrão

organizativo que se estabeleceu com o “velho sindicalismo” assistencialista e que perdura na atualidade. Porém, a perda da capacidade da concessão de benefícios previdenciários e assistenciais tem como consequência também uma redução do acesso aos agricultores familiares sindicalizados ou não e a diminuição da capacidade de mobilização para ações coletivas. “Portanto, o que torna um sindicato mais ou menos militante não é sua estrutura burocrática e assistencial; é a finalidade que é dada a esse tipo de organização pelos seus dirigentes” (Santos e Schmitz, 2022, p. 7). Os autores chegam à conclusão de que “diante disso, é um equívoco acreditar que o assistencialismo por si só seja algo negativo e nefasto para as organizações dos trabalhadores, o que ocorre quando os sindicatos resumem-se apenas a isso” (Santos e Schmitz, 2022, p. 8).

Neves (2024, p. 233) destaca essa relação complexa de organizações sociais com o Estado: “A busca por respostas de como os movimentos sociais se relacionam com o Estado é uma das grandes questões que permeiam [...]” os estudos sobre processos de organização e mobilização social na América Latina.

A partir da década de 70, a tentativa de estabelecer um “novo sindicalismo” trouxe a retomada da autonomia dos sindicatos e uma reformulação das práticas sindicais (Favareto, 2006; Souto Jr., 2000). No período pós-ditadura militar, os movimentos sociais conseguiram, por meio da Constituição Federal de 1988, que os serviços de saúde ficassem sob a responsabilidade do Estado. Entretanto, alguns serviços continuaram a ser intermediados pelo sindicato, como a aposentadoria rural, o auxílio-doença e a pensão por morte.

Com isso, o que o sindicato tinha que fazer era mobilizar o povo em defesa dos seus direitos: da terra, do crédito, do mercado [...] a luta do movimento sindical era para dizer que quem tinha que dar remédio para o povo era o governo, através do hospital. [...] Sindicato é para mobilizar os trabalhadores em defesa dos seus direitos (Liderança-1, ex-presidente do STTR, 2021).

A aposentadoria rural e o Bolsa Família são os benefícios mais recebidos pelos trabalhadores e trabalhadoras entrevistados, considerando sócios e

não sócios. Ambos os benefícios permitem ao aposentado continuar trabalhando, especialmente em atividades produtivas voltadas para o autoconsumo familiar (Boscardin; Spanevello, 2019). Mesmo sob um regime de trabalho reduzido por conta da idade, grande parte dos aposentados ainda comercializa a produção agrícola em pequenas escalas. Os benefícios previdenciários reduziram sua “carga” de trabalho ao garantir um aporte mensal regular e possibilitaram que esses trabalhadores continuassem vivendo no meio rural (Tonezer; Lopes, 2009).

Para Delgado (2015), a previdência rural foi eficaz no Brasil, pois o avanço significativo do benefício para vários sujeitos do meio rural, entre os quais os agricultores familiares, melhorou o nível e a distribuição da renda e os indicadores de igualdade e de capacidade humana. Levando em conta que a aposentadoria rural hoje equivale a uma parte considerável da renda desses trabalhadores e que, devido à idade avançada e aos problemas de saúde, essas pessoas geralmente não conseguem mais desempenhar um grande esforço físico na agricultura, é possível afirmar que a previdência rural é de suma importância para os trabalhadores aposentados.

Mesmo que o motivo inicial tenha de ser a aposentadoria, os trabalhadores atribuíram importância aos direitos conquistados e representados pelo sindicato ao longo dos anos, demonstrando a construção de valores ideológicos e de classe:

E eu acho que o caboclo se cobra no sindicato para ter os direitos dos órgãos federais [...] porque se o cabra não tiver quem fale pela gente, aí ele “está no mato sem cachorro”, não é verdade? (Entrevistado 6, sócio do STTR, 2021).

[...] eles falaram que os agricultores tinham o direito ao sindicato, para mais na frente ter o seu direito de se aposentar [...] aí que muitos pagam, para ter esse direito de se aposentar como agricultor (Entrevistado 23, sócia do STTR, 2021).

Por outro lado, assim como são importantes os motivos da participação, os motivos do abandono também têm sua relevância. Para o caso desse grupo

específico, os motivos da participação estão diretamente ligados aos motivos do abandono. São quatro pessoas: duas mulheres que se afiliaram ao sindicato em busca de salário-maternidade, um trabalhador que se afiliou ao sindicato em busca de auxílio-doença e um trabalhador que se afiliou com o objetivo de conquistar uma terra. A metade alcançou os seus objetivos por meio da sindicalização, mas isso não foi suficiente para mantê-los no movimento:

Foi para buscar o benefício de *salário maternidade*. Fiquei de 2002 a 2006 e abandonei, porque não consegui (Entrevistada 22, sócia que abandonou o STTR, 2021).

Não sou mais do sindicato, eu abandonei em 2000. Eu entrei no sindicato porque queria o *salário maternidade*. Depois que eu consegui, eu abandonei (Entrevistada 26, sócia que abandonou o STTR, 2021).

Foi mais porque eu queria conseguir o *benefício do INSS*, mas eu consegui e parei de pagar por um tempo, mas agora eu estou voltando porque eu quero conseguir uns projetos para ampliar a minha produção (Entrevistado 2, sócio que abandonou o STTR, 2021).

Eu participava direto, mas parei, eu achei que eu ia me afiliar no sindicato a troco de uma *terra*. Aí, como o advogado mexia, o nosso objetivo era pagar para isso (Entrevistado 8, sócio que abandonou o STTR, 2021).

Os motivos que levam ao abandono são tão diversos quanto aqueles que levam à participação. Nos casos citados acima, observamos que a participação por vezes é momentânea, motivada por um objetivo pontual, de modo que, depois da conquista ou do fracasso, ocorre o abandono do sindicato. Para Olson (1965), indivíduos que buscam unir-se a grupos com objetivos comuns somente o fazem porque não conseguem promover seus interesses individualmente. A participação não seria algo espontâneo, mas, antes, movida por um objetivo pessoal.

A relação entre a participação e o abandono pode ser entendida a partir da análise de duas

dimensões que Klandermans (1997) considera importantes: o tempo e o esforço. Segundo esse autor, algumas formas de participação são limitadas no tempo ou ocorrem uma única vez e envolvem pouco esforço ou risco. Em complemento, Fillieule (2001, p. 199, tradução nossa) entende a ação coletiva como “[...] um fenômeno variável ao mesmo tempo em intensidade e duração, que evolui em função de variáveis contextuais e situacionais, sejam elas de ordem social ou individual”. Portanto, trabalhadores que resolvem afiliar-se a um sindicato podem fazer dele uma ferramenta, um *meio* para determinado *fim*, e não necessariamente irão se envolver em ações coletivas durante longos períodos.

Essa realidade observada por diferentes prismas reflete a importância do sindicato para o acesso a serviços e políticas sociais. Mesmo que o caráter assistencialista tenha sido atribuído a um momento de fragilidade do MSR no decorrer da história, não se pode desconsiderar que, na perspectiva dos próprios trabalhadores e trabalhadoras, os serviços aos quais eles têm acesso por via dos sindicatos são fundamentais, especialmente para que decidam ou não se sindicalizar. Para os sindicatos, oferecer incentivos para buscar novos membros é algo comum, assim como muitos trabalhadores os utilizarem exclusivamente para objetivos pessoais. Considera-se ainda que, ao longo da participação no sindicato, o trabalhador que foi motivado por um incentivo pessoal pode desenvolver outros tipos de motivação para participar de ações coletivas (reuniões, protestos, eventos etc.). Por outro lado, ainda que escolha não participar, a sua afiliação já contribui, mesmo que em um nível menos significativo, para o fortalecimento da organização.

Apesar do complexo debate sobre os motivos do engajamento individual, acredita-se que, quando se trata da sindicalização, eles estão predominantemente ligados à *instrumentalidade*, ou seja, ao desejo imediato de resolver determinado problema ou situação (Rosa; Klandermans, 2022). Observamos isso nos casos da aposentadoria rural, do Bolsa Família e do salário-maternidade. São eles que motivam o primeiro contato com o sindicato, levando o trabalhador a se afiliar. O que vem depois é resultado de sua interação com o movimento e

outros elementos da organização, como as lideranças.

Contudo, ainda que a mera afiliação tenha sua importância para o sindicato, é preciso considerar as demandas dos não sócios que participam. Embora não sejam sócios, o que os motiva a participar? De que forma eles participam do sindicato? Sentem-se representados por essa organização? Para o caso dos não sócios que participaram desta pesquisa, seu principal vínculo com o sindicato era a luta pela terra, como se verá a seguir.

## **Os não sócios e a luta pela terra como motivação**

Mais do que um bem material, a terra é a condição de vida do trabalhador, é a propriedade do trabalho familiar. “No campo, terra e trabalho não se separam; dialeticamente, a terra é para o trabalho e vice-versa, tem um sentido humano” (Sousa; Conceição, 2010, p. 66). Existe um caráter subjetivo que é atribuído à terra pelos trabalhadores, fazendo com que ela se torne também uma motivação imaterial.

Em 2009, um grupo de trabalhadores e trabalhadoras rurais que estavam lutando pela posse da terra procuraram o STTR de Tomé-Açu para que o sindicato os auxiliasse no processo. Na época, 120 pessoas ocuparam a terra da Fazenda Mancha Negra, localizada no ramal Borba Gato, município de Tailândia, Nordeste Paraense. O STTR apoiou os manifestantes fornecendo alimentação e representação jurídica por meio de um advogado. Com a comunidade estabelecida, o sindicato, por intermédio de suas lideranças, coordenou a sua estruturação e orientou a criação de uma associação.

“Uma das grandes críticas feitas a Olson é a forma como seu modelo toma os indivíduos como seres que decidem e agem isoladamente” (Rosa; Klandermans, 2022, p. 6). Por isso, é importante ressaltar o papel das lideranças no processo de mobilização coletiva. Santos e Schmitz (2022) ressaltam que é preciso considerar a importância das lideranças na adesão de novos ativistas, o que é fundamental para o sucesso da organização. No caso dos não-sócios, as lideranças têm esse papel

formativo, que desperta nos trabalhadores(as) a necessidade de lutar e se organizar.

Schmitz, Mota e Sousa (2017) acreditam que o maior desafio para as lideranças é coordenar o comportamento dos indivíduos e, entendendo que a cooperação é indispensável, fazê-los atuar pensando no sucesso da organização. Logo, além de tentar estimular outros indivíduos a participar, as lideranças têm o importante papel de fazer com que eles atuem em prol do bem comum, para transformar necessidades pessoais em demandas e reivindicações coletivas organizadas.

Foram doze anos de conflitos e resistências que demonstraram a importância do sindicato para a Reforma Agrária, com a conquista da terra em 2021. É importante ressaltar que a terra foi a motivação de seis trabalhadores e trabalhadoras entrevistados, os quais, no decorrer do processo de luta, se envolveram ativamente nas ações coletivas organizadas pelo sindicato. Essa participação despertou outras necessidades a partir do entendimento da importância do sindicato em aspectos para além da terra, como, por exemplo, o acesso à aposentadoria rural, a representatividade e o apoio na agricultura (assistência técnica, projetos rurais etc.).

Segundo Klandermans e Oegema (1987, p. 519), os movimentos sociais precisam criar “potenciais de mobilização”, formando e motivando redes de recrutamento, despertando motivações para participar e removendo possíveis barreiras à participação. As redes de recrutamento devem aumentar a probabilidade de que as pessoas que são potencialmente mobilizáveis se tornem alvos de tentativas de mobilização. Nesse sentido, a excitação de fatores de motivação deve influenciar favoravelmente os indivíduos a participar.

De fato, a coordenação feita pelo STTR desde o início do processo, mobilizando as demandas coletivas e influenciando individualmente as lideranças locais, despertou o interesse de participação de outros indivíduos que tinham o mesmo objetivo em comum. Isso quer dizer que a partir da atuação do sindicato, a participação dos não sócios tende a tornar-se menos “externa” (apenas na comunidade, participando das reuniões) e mais “interna” (tornando-se sócio e entendendo a importância do sindicato para si e para os outros), mesmo que esse segundo tipo possa ser apenas para

ter acesso a políticas sociais no futuro. Exemplo disso: do total inicial de trabalhadores e trabalhadoras entrevistados que estavam envolvidos na luta pela terra, dois já se haviam afiliado ao STTR no ano em que a pesquisa foi realizada.

É interessante destacar que a aposentadoria rural, mesmo não sendo a motivação inicial para participar da ação coletiva, assume esse papel na medida em que a terra é conquistada. Isso nos mostra mais uma vez que, dentro do movimento sindical, em sua dualidade, existe uma clara variação de motivações, pois a motivação inicial pode desenvolver outros aspectos à medida que se formam as subjetividades dos trabalhadores e trabalhadoras. O resultado dessa variação pode ser tanto a sindicalização do indivíduo que participa, mas não toma para si os objetivos coletivos, quanto sua construção enquanto indivíduo engajado, dependendo do tempo (duração) e do esforço (intensidade) investidos no movimento (Fillieule, 2001; Klandermans, 1997).

Existem, portanto, tipos diferentes de participação, com intensidades diferentes (Fillieule, 2001; Rosa; Klandermans, 2022). O engajamento, além de motivos materiais, depende de motivos imateriais: atuação de uma liderança, emergência de consciência de classe, identidade coletiva, voluntarismo, solidariedade, reciprocidade (Melucci, 1996; Sabourin, 2012). Diferente do indivíduo que participa apenas para determinado fim, o indivíduo engajado é uma construção, mas não somente isso, ele é ao mesmo tempo “a árvore e o fruto” do movimento de que faz parte.

Berger (2009) entende o engajamento social como uma forma não manifesta de participação política, que pode ser individual ou coletiva. O engajamento social individual é caracterizado pelo interesse pessoal em questões políticas e sociais e pela realização de atividades individuais baseadas nesse interesse. Já o engajamento social coletivo se caracteriza por um sentimento de envolvimento ou de pertencimento a determinado grupo. O autor acredita que esse tipo de engajamento pode impulsionar atividades voluntárias para a melhoria de uma comunidade local, para ajudar outras pessoas etc.

Reis (2007, p. 10), por outro lado, conceitua engajamento como a “disposição dos agentes para

tomar posição sobre ‘temas’ e ‘problemas’ variados a partir de domínios diversos”. Em sua análise sobre “contestação, engajamento e militantismo”, a autora propõe que existe um sentido de intervenção no contexto em que os indivíduos estão inseridos, e isso não depende do lugar e da atividade que eles exercem. Portanto, a intervenção por meio do engajamento é uma prática de suma importância para uma mobilização coletiva que tenha o objetivo de mudar uma realidade.

Por isso, acreditamos que a evolução e o fortalecimento de um movimento social estão condicionados à ação coletiva de indivíduos engajados, que priorizam o *valor* subjetivo da ação (as bandeiras de luta), seu significado, e não simplesmente o *fim*, os resultados concretos da ação. Santos (2006) alerta para essa questão, já que a atualidade é marcada pela dominância da ação racional (instrumental) sobre a ação simbólica. É uma razão preocupada com o fim e não com o valor, que busca de forma sedenta os resultados. Isso em mente, discutem-se, no próximo tópico, os aspectos de *base imaterial* identificados na pesquisa, tratando de vinculá-los ao contexto do engajamento individual.

## A representatividade sindical e a construção da identidade coletiva

Além dos motivos ligados a serviços e a políticas sociais, outros fatores também foram importantes para a participação dos trabalhadores no STTR. Embora tenham aparecido com menos frequência, os motivos de *base imaterial*, como a representação, as redes de relacionamento, a fé e o apoio ao sindicato, por exemplo, são importantes para buscar entender os caminhos do engajamento individual. Mais difíceis de identificar, esses aspectos exigiriam uma imersão mais profunda na subjetividade de cada entrevistado, o que não era nosso objetivo.

A importância do sindicato enquanto representante da categoria dos trabalhadores e trabalhadoras rurais foi reconhecida por muitos entrevistados. Para eles, a defesa dos direitos é fundamental, pois é o sindicato que os representa em questões que envolvem a terra, a aposentadoria

rural e outras questões jurídicas. Essa realidade foi vista nas falas tanto de dirigentes quanto de sócios, o que demonstra um conhecimento da função do sindicato enquanto organização, assim como um reconhecimento do que foi conquistado até então pelo MSR em Tomé-Açu:

É bom que exista o sindicato, porque através do sindicato tem uma representação de cada categoria de trabalhadores [...] Ele defende os trabalhadores, é um representante da classe trabalhadora da agricultura (Entrevistado 20, sócio do STTR, 2021).

Eu creio que todas as categorias têm uma importância. Cada categoria tem que ter a sua representação. O STTR representa a nossa categoria como trabalhadores rurais, os nossos direitos. Não é só aposentadoria, é lutar pelos direitos de documentação de terra, organizar o povo em cooperativas [...] tudo isso motiva a gente a estar no movimento (Entrevistado 24, secretário de Políticas Sociais e Terceira Idade do STTR, 2021).

Tendo sido motivados a se sindicalizar por diferentes fatores, com o passar do tempo – e a depender do seu nível de esforço –, os trabalhadores demonstraram também a formação de aspectos *imateriais*. A participação dos trabalhadores como protagonistas ao longo desse processo permitiu a construção de uma consciência do que foi conquistado no passado e do que pode ser conquistado hoje por meio da representação do sindicato.

Ainda que as definições dos trabalhadores sejam pessoais, a maioria deles tem a organização como pré-requisito para conquistar seus objetivos. Outros destacam o papel do movimento enquanto representante da classe trabalhadora rural:

Movimento sindical é fazer as coisas pelo direito. Lutar pelos pobres, lutar pela agricultura, lutar pela saúde e representar o que for preciso pelo povo (Entrevistado 12, sócio do STTR, 2021).

Movimento sindical é uma união para reivindicar melhorias para os produtores sindicalizados. O sindicato é uma arma para nós (Entrevistado 14, sócio do STTR, 2021).

Movimento sindical é uma mobilização organizando a base. [...] O sindicato é esse influenciador. [...] Ir mobilizando o pessoal para saberem dos seus direitos e para que serve o sindicato. É o que eu digo, o sindicato também é isso, é uma arma em defesa dos nossos direitos (Liderança-1, ex-presidente do STTR, 2021).

Grzybowski (1990) afirma que o movimento, enquanto espaço de socialização política, transmite aos trabalhadores o aprendizado prático do modo como devem se organizar, participar, negociar e lutar, bem como possibilita obter a consciência de seus interesses, direitos e reivindicações. As conquistas do STTR ao longo de sua história demonstram sua importância enquanto organização dos trabalhadores rurais. É o STTR que exerce o papel de representante dos direitos dessa categoria, e os trabalhadores têm plena consciência disso, pois recorrem ao sindicato quando querem informações, orientações ou representação para qualquer tipo de demanda. Em suas falas, demonstraram que o sindicato tem um papel de espaço de debate, troca de conhecimentos e experiências interpessoais.

Considerando que ninguém está disposto a lutar por uma causa com a qual não se identifica e que um movimento não existe sem bandeiras de luta, a identidade coletiva torna-se um fator essencial (Melucci, 1996). A identidade pode ser formada por um senso de justiça do grupo, ou seja, por aspectos racionais, ou por aspectos emocionais com base nos sentimentos de pertencimento ou até mesmo de solidariedade com um determinado grupo. Na medida em que desenvolvem o conhecimento sobre seus direitos a partir do trabalho de base do sindicato, os trabalhadores passam a construir uma identificação maior com o movimento em sua totalidade. Aqueles que ultrapassam as barreiras à participação e levam seus objetivos pessoais para o contexto da luta social são os responsáveis por moldar a identidade coletiva do movimento, exercer a força de que necessita uma causa para ser alcançada.

Embora se deva considerar a dificuldade de estudar o campo das emoções, importa atribuir a elas a sua devida importância na compreensão da luta social. Para tanto, é necessário levar em conta que as emoções surgem de um contexto externo, positivo ou negativo, são uma resposta a algo ou a alguém.

Sendo assim, estão diretamente ligadas aos motivos para participar de ações coletivas, como os protestos ou mesmo os movimentos de grande magnitude (Jasper, 1998), pois são construídas ao longo do processo de participação.

Algumas formas de análise não dão conta da complexidade das motivações dos indivíduos e acabam deixando de lado aspectos importantes. Isso acontece, por exemplo, quando as teorias buscam identificar as motivações de movimentos inteiros e não as motivações das pessoas que os compõem. As formas estruturalistas de analisar o comportamento dos indivíduos perdem a maior parte da realidade do movimento social (Fillieule, 2001; Jasper, 1998).

Os trabalhadores rurais, ao longo da história do MSR, organizaram diferentes tipos de ações coletivas para conquistar melhores condições de vida e trabalho no campo. Lutaram pela construção de estradas, pela legalização de suas terras, por políticas públicas, tudo isso movido, primeiramente, pela necessidade de reivindicação – que fez emergir os sentimentos de solidariedade e de colaboração – e por meio de uma organização que os representava:

[...] é uma organização que, na época, tinha que ser na pressão. [...] Os agricultores puxavam porque viam a necessidade. Essa estrada era atoleiro, tinha momento que não passava carro no inverno. [...] antes era tudo na pressão aí, reivindicava mesmo, fechava a BR [...] (Entrevistado 9, sócio do STTR, 2021).

Grito da Terra, Romaria da Terra [...]. Mobilização desse asfalto daqui que nós fizemos [...] viemos umas três vezes para cá, fomos para as pontes... Marcha das Margaridas, eu já participei de duas. Mobilização da Fetagri, Contag, tudo a gente estava junto (Entrevistado 18, sócio do STTR, 2021).

O quadro que se desenha em torno das motivações é interessante. Indicamos, anteriormente, que as motivações *materiais* são responsáveis pela maioria das afiliações no sindicato. Mesmo no passado, foi esse tipo de motivação que levou as pessoas a participar da organização. Parece sistemático que tudo se inicie com uma motivação de *base material*, e o que vem depois dependerá do nível de participação, que pode ser meramente racional e momentânea – como previu Olson (1965)

– ou uma participação ativa e engajada, motivada por emoções (Jasper, 1998) e pela construção de uma identidade coletiva (Melucci, 1996).

É por meio da participação que o indivíduo pode ou não desenvolver valores ou emoções. A estrada, por exemplo, é um bem coletivo, que todos precisam e utilizam; por isso, demandou uma ação coletiva para reivindicar sua construção. Mas é preciso levar em consideração a motivação inicial, que é individual, pois é ela que determina a decisão de participar ou não da ação coletiva.

Em relação ao que foi observado e a partir dos relatos dos trabalhadores, as consequências das ações coletivas foram diferentes de acordo com cada pessoa, mesmo que elas tenham apresentado resultados positivos para a maioria dos trabalhadores. O modelo de *tempo* e *esforço* proposto por Klandermans (1997) para entender os motivos da participação é aplicável no caso do STTR. Alguns trabalhadores desenvolveram um senso de propriedade para ações coletivas futuras, acreditaram no potencial do grupo, engajaram-se e tornaram-se potenciais lideranças, dirigentes e delegados sindicais (ou seja, empenharam uma quantidade significativa de esforço e de tempo, permanecendo engajados). Por outro lado, uma parte dos participantes contentou-se com os resultados da ação e, não necessariamente, manteve-se no movimento, fazendo da participação algo momentâneo (menos esforço e menos tempo empreendidos).

Mesmo que a sindicalização seja motivada principalmente por uma base material (serviços), conforme se demonstrou, as emoções também podem motivar a sindicalização. Um exemplo disso é um trabalhador que teve contato anterior com o movimento ou faz parte de uma rede de relacionamentos que ajudou a desenvolver a consciência de classe. No caso do sindicalismo, isso geralmente acontece quando determinado indivíduo passou por uma formação de base, o que tem sido cada vez mais difícil atualmente.

Todavia, evidenciou-se que elementos como a representatividade sindical estão relacionados principalmente ao período posterior à sindicalização, quando o trabalhador – dependendo do seu envolvimento em ações coletivas e da mobilização das lideranças – poderá tomar para si as causas coletivas e construir um sentimento de pertença ao

movimento (Grzybowski, 1990; Jasper, 1998; Melucci, 1996).

O fato de predominarem as motivações de *base material* e de a sindicalização ser avaliada por uma lógica custo-benefício não necessariamente é um problema. O desafio reside na dificuldade em mobilizar os trabalhadores em torno de ações coletivas para que cooperem e se engajem em prol de um objetivo comum, como previu Olson (1965). Logo, o desafio é construir a identidade coletiva e, a partir dela, despertar sentimentos individuais que motivem os trabalhadores a se engajar.

A construção de um senso de pertencimento e de unidade entre os trabalhadores, criado por meio de ações consistentes e de liderança eficaz, é um processo que requer um nível alto de esforço por um período prolongado, movido pela participação ativa dos membros de um grupo em defesa de uma bandeira ou causa comum. Os indivíduos que compartilham esse sentimento não apenas se unem em torno de metas e valores, mas também criam uma consciência política e de classe que sustenta e dá significado ao movimento social.

## Considerações finais

Este estudo revelou que a participação em sindicatos rurais é motivada por uma combinação complexa de fatores *materiais* e *imateriais*, diretamente ligados à natureza dupla do movimento sindical (movimento e organização). As motivações materiais, como aposentadoria rural, salário-maternidade, serviços de saúde e auxílio-doença, são fundamentais para a sindicalização, oferecendo benefícios tangíveis e imediatos que incentivam a adesão. No entanto, além deles, a representatividade sindical emergiu como uma motivação imaterial de grande relevância.

Assim como as motivações, a participação é variável ao longo do tempo e em função do esforço empreendido – conforme indicaram Klandermans (1997) e Fillieule (2001) –, podendo ser momentânea ou duradoura. Embora as motivações materiais possam inicialmente servir como porta de entrada para a participação, entende-se que o engajamento depende da internalização dos valores e

dos objetivos do movimento, ou seja, da construção da identidade coletiva.

Dentro do MSR, a identidade coletiva revelou-se um elemento crucial para compreender o engajamento dos trabalhadores. As motivações imateriais, ligadas a valores e a emoções, desenvolvem-se à medida que os indivíduos participam ativamente das ações coletivas. As experiências interpessoais e o envolvimento com o sindicato fomentaram um sentimento de pertencimento e fortaleceram a consciência de classe. Esse aspecto subjetivo do engajamento foi enriquecido pela atuação das lideranças, que desempenham um papel vital na formação sindical de base e na promoção da coesão entre os membros do STTR.

No caso do Acampamento Mancha Negra, demonstrou-se como a terra pode servir tanto como um recurso vital quanto como um símbolo potente para os trabalhadores. A conquista e a regularização da terra, acompanhadas pela atuação do STTR, evidenciam a importância da luta coletiva e a capacidade do sindicato de unir os trabalhadores em torno de uma causa comum. A terra, nesse contexto, transcende seu valor material, representando uma bandeira de luta e um propósito de vida para os trabalhadores.

É importante reconhecer que, embora a análise custo-benefício e a racionalidade –propostas pela TMR por autores como Olson (1965) e McCarthy e Zald (1977) – desempenhem um papel na decisão de se afiliar ou não a um sindicato ou participar de ações coletivas, a presença de um senso de grupo e a percepção de um objetivo comum frequentemente transcendem considerações meramente racionais, evidenciando a importância das dimensões subjetivas no engajamento sindical, conforme alertaram os autores da TNMS, como Jasper (1998) e Rosa e Klandermans (2022). O engajamento individual em movimentos sociais só pode ser compreendido, portanto, a partir de uma análise que combine diferentes abordagens e teorias.

Os sindicatos desempenham um papel único na representação e na defesa dos direitos dos trabalhadores rurais, funcionando como catalisadores para a ação coletiva. Eles são mais eficazes do que ações individuais na conquista de objetivos comuns, por isso importa ressaltar a

necessidade de análises mais aprofundadas do engajamento enquanto fenômeno social multidisciplinar que se mantém complexo no século XXI.

## Financiamento

Pesquisa financiada com recursos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

## Notas

1 Desde 2014, estabeleceu-se no campo um sindicalismo de trabalhadores rurais, agricultores familiares e assalariados rurais. Entretanto, apesar das disputas políticas no interior da Contag e da CUT e da atual divisão, para esta pesquisa, os trabalhadores rurais e os agricultores familiares foram entendidos como um mesmo sujeito.

2 A pandemia de Covid-19 inviabilizou os deslocamentos mais longos, por isso foram realizadas entrevistas nas sedes dos sindicatos e em comunidades rurais próximas à zona urbana de Tomé-Açu.

3 A PNAD Contínua considera pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência associadas a sindicato que tem como atividades principais a agricultura, a pecuária, a produção florestal, a pesca e a aquicultura.

4 A PNAD 2015 entrevistou trabalhadores(as) urbanos(as), rurais, autônomos, avulsos, liberais e outros. Para a amostragem, a pesquisa considerou pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas no período de referência de 365 dias, sindicalizadas no mês de referência no Brasil e Grandes Regiões.

5 Vale ressaltar que, quando se fala em *abandono*, está-se referindo aos trabalhadores que deixaram de participar do sindicato em todos os sentidos e que reafirmaram essa condição durante as entrevistas. São trabalhadores que não utilizam mais nenhum tipo de serviço, não recebem benefícios, não pagam a contribuição sindical e não participam das ações coletivas promovidas pela organização.

## Referências

ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço de debate. **Lua Nova**, n. 76, p. 49-86, 2009.

ANTUNES, Ricardo. Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho? **Serviço Social e Sociedade**, n. 107, p. 405-419, 2011.

ARAÚJO, Fernanda Campos de; VIEIRA, Norma Cristina; ROCHA, Nádia Sueli Araújo da. Política do silêncio no Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Bragança, Pará. **Revista de Estudos Interdisciplinares**, v. 5, n. 3, p. 48–69, 2023.

ASSIS, William Santos de. **A construção da representação dos trabalhadores rurais no Sudeste paraense**. Curitiba: Editora CRV, 2014. 287p.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 6. ed. Lisboa: Edições 70, 2011.

BERGER, Ben. Political Theory, Political Science, and the End of Civic Engagement. **Perspectives on Politics**, v. 7, n. 2, p. 335-350, June 2009.

BLUMER, Herbert. Social Movements. In: LYMAN, Stanford M. (Org.). **Social Movements: Critiques, Concepts, Case-Studies**. New York: New York University Press, 1995. p. 60-83.

BOSCARDIN, Mariele; SPANEVELLO, Rosani Marisa. A importância da aposentadoria rural para agricultores familiares sem sucessores no norte do Rio Grande do Sul: o caso do município de

Frederico Westphalen. **Estudo & Debate**, v. 26, n. 2, p. 35-51, 2019.

CABRAL, Umberlândia; NERY, Carmen (ed.). Em 2023, número de sindicalizados cai para 8,4 milhões, o menor desde 2012. **Agência de Notícias IBGE**, 21 jun. 2024. Disponível em: <https://bit.ly/agenciadenoticiasibgegovbr>. Acesso em: 25 ago. 2024.

CARDOSO, Adalberto. Os sindicatos no Brasil. **Boletim do IPEA Mercado do Trabalho**, n. 56, p. 21-27, fev. 2014. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/3cdb3492-a379-466c-aeaa-221644d81a9b/content>. Acesso em: 29 set. 2025.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018. v. 2.

COSTA, Maria de Jesus Corrêa; ASSIS, William Santos de; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. Formação para a militância sindical: desdobramentos da ENFOC nos Sindicatos de Trabalhadores(as) Rurais do Estado do Pará. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 37, n. 2, p. 150-165, 2017.

DELGADO, Guilherme C. Previdência social e desenvolvimento rural. In: GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio (org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 429-442.

FAVARETO, Arilson. Agricultores, trabalhadores: os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 21, n. 62, p. 27-44, out. 2006.

FILLIEULE, Olivier. Propositions pour une analyse processuelle de l'engagement individuel: Post Scriptum. **Revue Française de Science Politique**, v. 51, n. 1, p. 199-215, 2001.

FRIEDBERG, Erhard. Organização. In: BOUDON, Raymond (dir.). **Tratado de Sociologia**. Tradução de Teresa Curvelo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995. p. 375-412.

GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. Petrópolis: Vozes, 1990.

HABERMAS, Jürgen. New Social Movements. **Telos**, n. 49, p. 33-37, 1981.

JASPER, James M. The Emotions of Protest: Affective and Reactive Emotions In and Around Social Movements. **Sociological Forum**, New Jersey, v. 13, n. 3, p. 397-424, 1998.

KLANDERMANS, Bert. **The social psychology of protest**. Oxford: Blackwell Publishers, 1997.

KLANDERMANS, Bert; OEGEMA, Dirk. Potentials, Networks, Motivations and Barriers: Steps Towards Participation in Social Movements. **American Sociological Review**, v. 52, n. 4, p. 519-531, 1987.

KNOKE, David. **Organizing for Collective Action: The Political Economies of Associations**. New York: Aldine de Gruyter, 1990.

LAZZARETTI PICOLOTTO, Everton. A emergência dos “agricultores familiares” como sujeitos de direitos na trajetória do sindicalismo rural brasileiro. **Mundo Agrário**, v. 9, n. 18, 2009.

LAZZARETTI PICOLOTTO, Everton. Pluralidade sindical no campo? Agricultores familiares e assalariados rurais em um cenário de disputas. **Lua Nova**, n. 104, p. 201-238, 2018.

McCARTHY, John D.; ZALD, Mayer N. Resource Mobilization and Social Movements: A Partial Theory. **American Journal of Sociology**, v. 82, n. 6, p. 1212-1241, 1977.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: Editora FASE, 1989.

MELUCCI, Alberto. Getting Involved: Identity and Mobilization in Social Movements. In: KLANDERMANS, Bert; KRIESI, Hanspeter; TARROW, Sidney (Org.). **International Social Movements Research**. London: JAI Press Inc., 1988. v. 1, p. 329-348.

MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais? São Paulo: **Lua Nova**, São Paulo, n. 17, p. 49-66, 1989.

MELUCCI, Alberto. **Challenging Codes**: Collective Action in the Information Age. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

MICHELAT, Guy. Sobre a utilização de entrevista não diretiva em sociologia. In: THIOLLENT, Michel. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. 5. ed. São Paulo: Polis, 1987. p. 191-211.

MORAES, Lucas Gabriel da Silva; SCHMITZ, Heribert. A trajetória do Movimento Sindical Rural no Nordeste Paraense do ponto de vista de seus líderes. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 31, n. 2, p. 1-45, jul.-dez. 2023.

NEVES, Evandro Carlos Costa. **A trajetória do Movimento Sindical Rural no Nordeste Paraense e os desafios recentes na agricultura por contrato na produção de dendê**. Tese (Doutorado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) Universidade Federal do Pará, Belém, 2024.

OLIVER, Pamela E. Formal Models of Collective Action. **Annual Review of Sociology**, v. 19, p. 271-300, 1993.

OLSON, Mancur. **The Logic of Collective Action**: Public Goods and the Theory of Groups. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1965.

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. **Portal do IBGE**, 2015. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilio.s.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 29 nov. 2021.

REIS, Eliana Tavares dos. **Contestação, engajamento e militantismo**: da “luta contra a ditadura” à diversificação das modalidades de intervenção política no Rio Grande do Sul. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

RODRIGUES, Iram Jácome; LADOSKY, Mario Henrique Guedes; BICEV, Jonas Tomazi. Sindicalização e representatividade das centrais sindicais no Brasil. **Trabajo y Sociedad**, n. 27, p. 43-62, 2016.

RODRIGUES, Iram Jácome; RAMALHO, José Ricardo. Novas configurações do sindicalismo no Brasil? Uma análise a partir do perfil dos trabalhadores sindicalizados. **Contemporânea**, v. 4, n. 2, p. 381-403, 2014.

ROSA, Leandro Amorim; KLANDERMANS, Bert. Psicologia social do protesto: um panorama teórico a partir da realidade brasileira. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 42, e233201, p. 1-15, jan. 2022.

SABOURIN, Eric. Reciprocidade e análise de políticas públicas rurais no Brasil. **Ruris**, v. 6, n. 2, p. 53-90, set. 2012.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Raynica Souza; SCHMITZ, Heribert. Desafios do engajamento sindical: estudo de uma organização de agricultores familiares no Nordeste do Pará. **InterEspaço**: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade, v. 8, p. 1-28, 2022.

SCHMITZ, Heribert; MOTA, Dalva Maria da; SOUSA, Glaucia Macedo. Reciprocidade e ação coletiva entre agricultores familiares no Pará. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 12, n. 1, p. 201-220, 2017.

SOUSA, Raimunda Áurea Dias de; CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. O camponês e o trabalho: analisando a importância do excedente social. **Revista Pegada Eletrônica**, v. 11, n. 1, p. 64-76, 2010.

SOUTO JR., José Fernando. Práticas assistenciais em sindicatos do 'novo sindicalismo': a persistência da roda. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPOCS, 24., 2000, Caxambu, MG. **ANAIIS** [...]. 2000, n. 24, p. 1-32. Disponível em: <https://bit.ly/3Z0xO5m>. Acesso em: 29 nov. 2021.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento**: movimentos sociais e confronto político. Petrópolis: Vozes, 2009.

TEIXEIRA, Marco Antonio. **Contag: 1963-2015**: ações de reprodução social e formas de ações coletivas. Rio de Janeiro: Mórula, 2023.

TILLY, Charles. **From mobilization to revolution**. New York: Random House, 1978. Disponível em: <https://voidnetwork.gr/wp-content/uploads/2016/09/From-Mobilization-to-Revolution-by-Charles-Tilly-1.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2021.

TONEZER, Cristiane; LOPES, Marta Júlia Marques. Efeitos da cobertura previdenciária na situação de vida de idosos rurais de Santana da Boa Vista – Rio Grande do Sul. **INTERthesis**, v. 6, n. 2, p. 191-209, jun./dez. 2009.

TOURAINE, Alain. Os novos conflitos sociais: para evitar mal-entendidos. **Lua Nova**, n. 17, p. 5-18, 1989.

TOURAINE, Alain. The Importance of Social Movements. **Social Movement Studies**, v. 1, n. 1, p. 89-95, 2002.

TOURAINE, Alain. Na fronteira dos movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, v. 21, n. 1, p. 17-28, 2006.

VAN STEKELENBURG, Jaqueline; KLANDERMANS, Bert. Individuals in Movements: A Social Psychology of Contention. In: ROGGEVAND, Conny; KLANDERMANS, Bert. (Orgs.). **Handbook of Social Movements Across Disciplines**. 2017. p. 103-139.